Projeto de Lei Orçamentária para 2027 renova promessa de usar recursos do petróleo para a transição climática

Com R$ 20 bilhões de empréstimos do Fundo Clima para contratar ainda em 2026, BNDES avançou no financiamento à adaptação em agosto. Não há registro de projeto para financiar o beneficiamento de minerais críticos

Diferentemente do que vem acontecendo desde 2024, quando o Fundo Clima passou a receber recursos da emissão de títulos verdes no exterior, a previsão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 é que um volume recordes de gastos seja bancado majoritariamente por dinheiro da arrecadação de tributos.

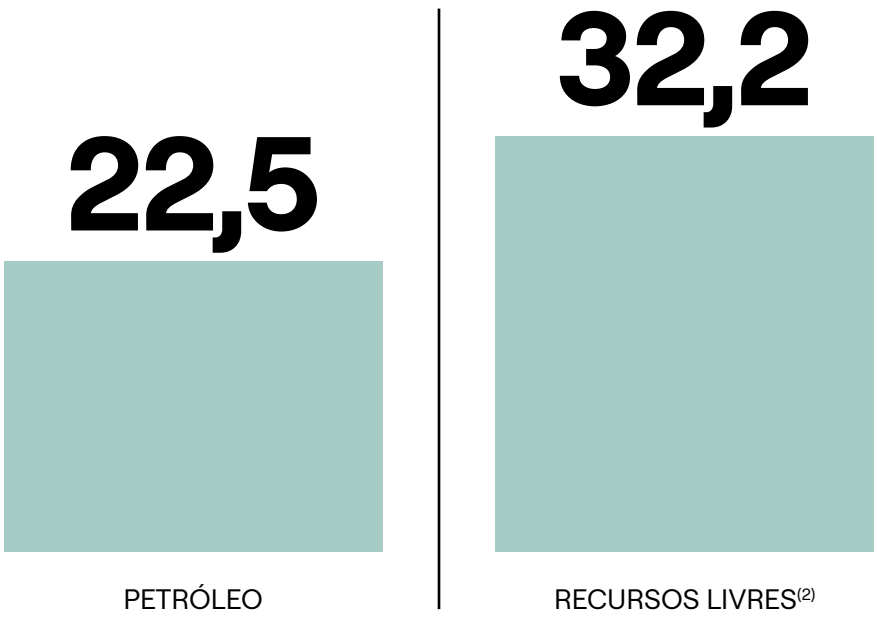
Recursos do petróleo, cujo aporte foi frustrado em 2026, voltam, mas em tamanho menor. O projeto de lei que o Congresso deve votar até o final do ano prevê o repasse de R$ 22,5 bilhões de recursos do petróleo ao Fundo Clima, contra R$ 31 bilhões da promessa que não se realizou em 2026.

O Orçamento da União para 2027 é uma lei que autoriza gastos com o dinheiro público no próximo ano. Essa lei precisa ser aprovada na atual legislatura, mas é provável que os gastos sejam adequados à realidade política que sair das urnas em outubro.

O projeto de lei submetido ao Congresso inclui a contribuição[1] de US$ 1 bilhão anunciada pelo governo brasileiro para o futuro Fundo Floresta Tropical para Sempre (TFFF, na sigla em inglês, de Tropical Forest Forever Facility). O mecanismo financeiro foi lançado na COP 30, em Belém, para proteger ativos florestais em países que detêm florestas, mas ainda não começou a operar.

GRÁFICO 1. A origem do dinheiro do Fundo Clima, segundo o PLOA para 2027

Valores em R$ bilhões



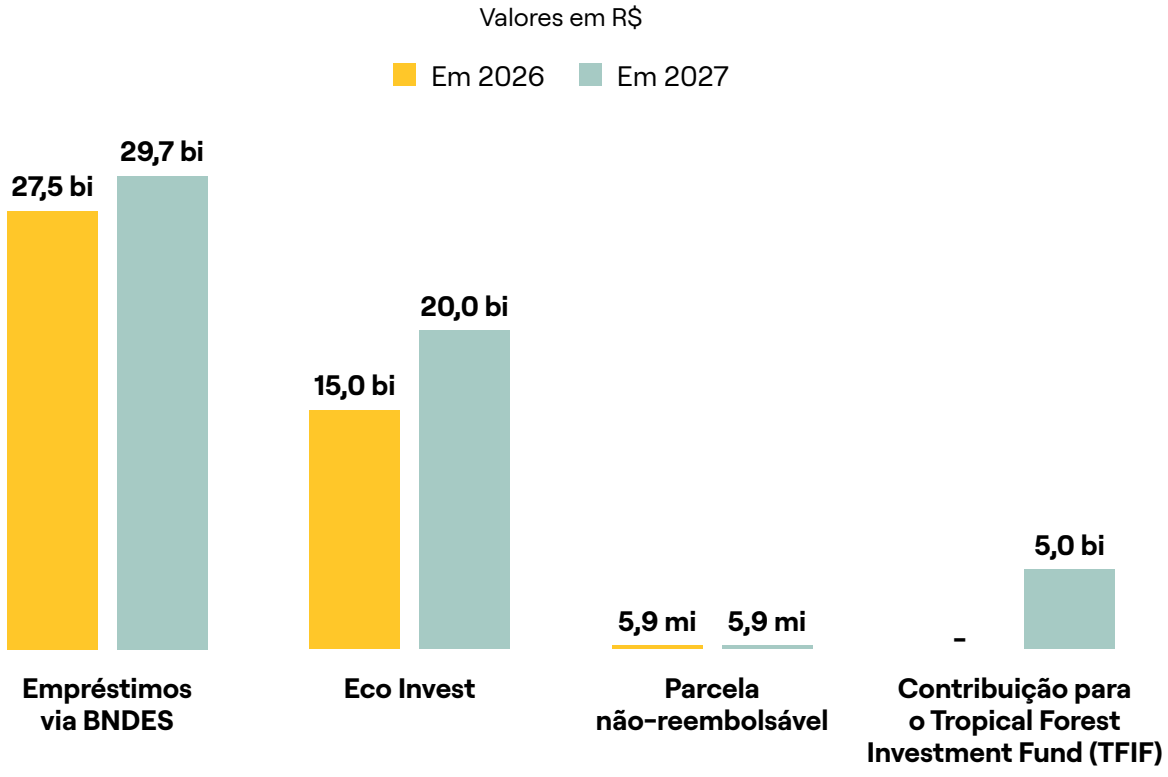
(1) https://tfff.earth/pt/brazilian-government-announces-us1-billion-contribution-to-the-tropical-forest-forever-facility-tfff/
(2) Da União e da Unidade Orçamentária

A contribuição aparece na proposta de Orçamento encaminhada ao Congresso já convertida em reais. E representa mais de 800 vezes o que é destinado à parcela não-reembolsável do Fundo Clima em 2027. A maior parte dos recursos do Fundo Clima é destinada a empréstimos do BNDES e ao Eco Invest programa em que recursos públicos são usados para atrair capital privado e externo, o chamado blended finance.

Dos R$ 27,5 bilhões disponíveis para empréstimos do BNDES em 2026, o banco contratou até 31 de agosto R$ 5,8 bilhões, ou o equivalente a 21%. O painel do Fundo Clima, mantido pelo BNDES, informa que foram aprovados empréstimos de R$ 7,5 bilhões até 30 de setembro, mas os detalhes dos financiamentos só aparecem depois que os contratos são efetivamente assinados e com um atraso de pelo menos um mês. O saldo remanescente para financiamentos do Fundo Clima nos três últimos meses do ano seria de R$ 20 bilhões.

Em agosto, o Fundo Clima avançou no financiamento à adaptação climática por meio de um contrato de R$ 180 milhões para investimentos em restauração ecológica no Pará. Também na agenda de adaptação, o BNDES registrou o início da análise de três projetos no valor total de R$ 330 milhões para resiliência urbana no Estado do Sergipe e restauração florestal na Área de Proteção Ambiental do Morro do Urubu.

GRÁFICO 2. As parcelas do Fundo Clima



Projetos de restauração florestal contribuem tanto para aumentar a resiliência às mudanças climáticas como para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Outros dois contratos assinados em agosto ampliam os investimentos do Fundo Clima em transição energética, por meio de um complexo eólico em Santana do Livramento (RS) e da produção de biometano em aterro sanitário em Caieiras (SP), no valor de R$ 500 milhões e de R$ 373,4 milhões, respectivamente.

Até o final de agosto, nenhum empréstimo do Fundo Clima havia alcançado o novo limite, de até R$ 1 bilhão, para determinados temas[3], como minerais críticos e energia eólica. O financiamento de projetos de minerais críticos está limitado pelo Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) deste ano às etapas de beneficiamento, mas há pressão para liberar o financiamento à lavra desses minerais.

Em setembro, durante a cerimônia de sanção da lei da Política Nacional de Minerais Críticos, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, anunciou investimentos de R$ 7 bilhões na cadeia de minerais críticos por meio do quinto leilão Eco Invest[4], um dos braços do Fundo Clima. O resultado do leilão não havia sido anunciado formalmente até o fechamento deste boletim, mas documentos do programa[5] indicam que recursos do Eco Invest poderão também financiar a lavra, além do beneficiamento de minerais críticos.

(3) https://institutotalanoa.org/wp-content/uploads/2026/07/14_Boletim-Fundo-Clima.pdf
(4) https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/fomento-ao-investimento/eco-invest-brasil/leiloes/leilao-05-2026
(5) https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao-anexo/28329

institucional@institutotalanoa.org
@institutotalanoa
Instituto Talanoa